

**Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Educação a Distância da UFSM – EAD
Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Especialização em Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicadas à
Educação**

Pólo: Agudo

Disciplina: Elaboração de Artigo Científico

Coordenador: Ricardo Brisólla Ravello

Professora Orientadora: Ana Marli Bulegon

30/09/2009

TICs e Atendimento Educacional Especializado na Deficiência Intelectual

ICTs and Room Service Specializing in Intellectual Disability Learning

KUTTNER, Vera Lucia

Pós Graduação em Supervisão Escolar, Faculdade Filosofia Ciências e Letras -
FAFIL

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar TICs e Atendimento Educacional Especializado na Deficiência Intelectual, baseado em estudos de especialistas, disponibilizados em sites na internet, fontes consultadas e acompanhamento na Sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esta sala funciona na Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Afonso Pena, na cidade de Paraíso do Sul, RS e atende crianças que estudam no Ensino Regular e apresentam deficiência intelectual. A realização deste trabalho foi além das leituras e pesquisas. Também foi realizada uma entrevista com a professora responsável pela Sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Dialogando com as professoras da Sala Regular, observa-se que os alunos que freqüentam a Sala de AEE progrediram na sua aprendizagem, amenizando as dificuldades encontradas nas atividades que lhe forem propostas. O foco principal deste artigo é discutir sobre a Importância das TICs e Atendimento Educacional Especializado na Deficiência Intelectual.

PALAVRAS-CHAVE

TICs, Deficiência Intelectual, Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to provide ICT and Educational Services Specializing in Intellectual Disabilities, based on expert studies, available on Internet sites, source data and monitoring the Room of Specialized Educational Services (ESA). This room works in the State School High School President Afonso Pena, the city of Paraiso do Sul and serves children who study in mainstream education and have intellectual disabilities. This work went beyond the reading and research. We also carried out an interview with the teacher responsible for the Hall of ESA (Educational Service Specialist). Dialogue with professors Room Regular, observed that students who attend the Hall of ESA have made progress in their learning, thus reducing the difficulties encountered in activities which will be presented. The focus of this paper is to discuss the importance of ICT and Customer Education Specialist in Intellectual Disabilities.

Key-word

TICs, Intellectual Disability, Learning.

INTRODUÇÃO

As TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) estão presentes no nosso cotidiano. Estamos na era da informatização e na escola não poderia ser diferente, já que estamos passando por um momento de transformação em nossa sociedade e a escola é o lugar onde devemos repensar e analisar tais mudanças. Uma escola que não acompanha as mudanças que acontecem na sociedade é uma escola sem sucesso, que não prepara, não transforma, que desqualifica ao invés de qualificar. E como vamos estabelecer essa ligação entre escola e sociedade? Como transformar o que parece ser impalpável em algo real, tornar o conhecimento adquirido na escola em algo utilizado em suas vidas?

Em virtude das dificuldades encontradas pelos alunos do Ensino Fundamental em concentrar-se nas atividades propostas, fazer pesquisa, ler, escrever, assimilar os conteúdos na Sala Regular ou ter sua deficiência intelectual, definiu-se como tema algo

que tenha por objetivo contribuir para a melhoria dessa questão através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

As TICs são uma nova janela que se abre para amenizar a discriminação social existente em nossa sociedade com relação às pessoas deficientes, vistas como incapazes de lidar e manusear instrumentos mais sofisticados como os computadores. Nesse sentido, as ferramentas computacionais abrem um espaço de oportunidades, principalmente para as crianças com deficiência intelectual.

Serão utilizados no trabalho sites de conteúdos diversificados e sites de jogos pedagógicos a fim de verificar como ocorre a interação entre os alunos, a tecnologia, os conteúdos e os jogos.

A internet servirá como fonte de pesquisa. Nela os alunos com deficiência além de desenvolverem o seu raciocínio lógico, agilidade, coordenação motora, leitura oral e escrita, criatividade, limite e organização, poderão solucionar ou amenizar as dificuldades encontradas na Sala Regular.

Os estudos realizados através de pesquisa na internet e bibliografias mostram que as pessoas limitadas por deficiência não são menos desenvolvidas, mas se desenvolvem de forma diferente. Necessitam de mais tempo e atendimento individualizado e através das TICs, as mais diversas incapacidades podem ser compensadas.

Os alunos terão oportunidade de manusear o computador, navegar e pesquisar na internet, realizando também ilustrações, pinturas, digitação de palavras, frases e textos, montando quebra-cabeça e jogos educativos.

1. A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo Barbosa (1998), a pessoa com deficiência intelectual apresenta certas limitações no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social.

Estas limitações provocam uma maior demora na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas.

É natural, portanto que as crianças com deficiência intelectual enfrentem dificuldades na escola. No entanto aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. É possível que não consigam aprender algumas coisas. Para a pessoa com deficiência intelectual a acessibilidade não depende de suportes externos ao sujeito, mas tem a ver com a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.

A deficiência intelectual não é uma doença. Não pode ser contraída a partir do contágio com outras pessoas, nem o convívio com um deficiente intelectual provoca qualquer prejuízo, em pessoas que não o sejam. O atraso intelectual não é uma doença intelectual como a depressão, por exemplo. Não sendo uma doença, também não faz sentido procurar ou esperar uma cura para a deficiência intelectual. A grande maioria das crianças com deficiência intelectual consegue aprender a fazer muitas coisas úteis para a comunidade, e todas elas aprendem algo para utilidade e bem-estar da comunidade em que vivem. Para isso precisam, em regra, de mais tempo e de se esforçar muito mais do que qualquer outra criança.

Segundo Vygotsky (1987), o acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, escola, tecnologias, etc, influência determinantemente nos processos de aprendizagem da pessoa.

Segundo LIMAVERDE (2007):

A pessoa com deficiência intelectual, encontra inúmeras barreiras nas interações com o meio para assimilar as propriedades físicas do objeto de conhecimento, como por exemplo: cor, forma, textura, tamanho e outras características retiradas diretamente desse objeto. Isso ocorre porque são pessoas que apresentam prejuízos no funcionamento na estruturação e na construção do conhecimento. A criança sem deficiência intelectual consegue espontaneamente retirar informações do objeto e construir conceitos, progressivamente. Já a criança com deficiência intelectual precisa exercitar sua atividade cognitiva, de modo que consiga o mesmo.

As barreiras da deficiência intelectual diferem das barreiras encontradas nas demais deficiências. Trata-se de barreiras referentes à maneira de lidar com o saber em geral,

fato que reflete preponderantemente na construção do conhecimento escolar. A educação especializada tradicional, realizada nos moldes do treinamento e da adaptação reforça a deficiência desse aluno. Essas formas de intervenção mantêm o aluno em um nível de compreensão que é muito primitivo e que a pessoa com deficiência intelectual tem dificuldade de ultrapassar o nível das chamadas regulações automáticas, descritas por Piaget.

Segundo Piaget (1996), é necessário que se estimule o aluno com deficiência intelectual a avançar na sua compreensão, criando-lhe conflitos cognitivos, ou melhor, desafiando-o a enfrentá-los.

O aluno com deficiência intelectual, como qualquer outro aluno, precisa desenvolver a sua criatividade, a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo, não apenas superficialmente ou por meio do que o outro pensa. O nosso maior engano é generalizar a dotação mental das pessoas com deficiência intelectual em um nível sempre muito baixo, carregado de preconceitos sobre a capacidade de, como alunos, progredirem na escola, acompanhando os demais colegas. Desse engano derivam todas as ações educativas que consideram o fato que cada pessoa é uma pessoa, que tem antecedentes diferentes de formação, experiências de vida e que sempre é capaz de aprender e de exprimir um conhecimento.

2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Segundo Cristina Abranches Mota Batista e Maria Teresa Eglér Mantoan (2005), o AEE (Atendimento Educacional Especializado) refere-se a forma pela qual o aluno trata de todo e qualquer conteúdo que lhe é apresentado e como consegue significá-lo, ou seja, compreendê-lo.

O aluno assimila o conteúdo com mais facilidade e apreensão, entende o significado dos conteúdos apresentados em sala de aula, reorganiza assim o seu conhecimento para colocá-lo em prática.

Ainda segundo as autoras citadas anteriormente, o objetivo do Atendimento Educacional Especializado é propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência intelectual possa construir o seu conhecimento, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento.

É importante insistir que o Atendimento Educacional Especializado não é ensino particular, nem reforço escolar. Ele pode ser realizado em grupos, porém é preciso estar atento para as formas específicas de cada aluno se relacionar com o saber. Não é muito indicado realizá-lo em grupos formados por alunos com o mesmo tipo de problema e/ou desenvolvimento. Pelo contrário, esses grupos devem ser constituídos por alunos da mesma faixa etária e em vários níveis do processo de conhecimento, alunos com síndrome de down, por exemplo, poderão compartilhar esse atendimento com colegas com outras síndromes, seqüelas de paralisia cerebral e ainda outros com ou sem deficiência e com diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento.

O Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual deve permitir que esse aluno saia de uma posição de “não saber” para se apropriar de um saber que lhe é próprio, ou melhor, que ele tem consciência de que o construiu.

Para possibilitar a produção do saber e preservar sua condição de complemento do ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado tem de estar desvinculado da necessidade típica da produção acadêmica. A aprendizagem do conteúdo acadêmico limita as ações do professor especializado, principalmente quanto ao permitir a liberdade de tempo e de criação que o aluno com deficiência intelectual precisa ter para organizar-se diante do desafio do processo de construção do conhecimento. Esse processo de metas deve ser atingido em uma determinada série, ou ciclo, ou mesmo etapas de níveis de ensino ou de desenvolvimento.

No Atendimento Educacional Especializado, o aluno constrói conhecimento para si, ao contrário do que ocorre na escola comum, onde é determinado pelo mesmo, o que é fundamental para que consiga alcançar o conhecimento acadêmico. Aqui, ele não depende de uma avaliação externa, baseada na evolução do conhecimento acadêmico, mas de novos parâmetros relativos às suas conquistas diante do desafio da construção do conhecimento. Portanto, ambos: escola comum e Atendimento Educacional

Especializado, precisam acontecer concomitantemente, pois um beneficia o desenvolvimento do outro e jamais esse benefício deverá caminhar linear e sequencialmente, como se acreditava antes.

Por maior que seja a limitação do aluno com deficiência intelectual, ir à escola comum para aprender conteúdos acadêmicos e participar do grupo social mais amplo favorece o seu aproveitamento no Atendimento Educacional Especializado e vice-versa.

A verdadeira socialização, em todos os seus níveis exige construções cognitivas e compreensão da relação com o outro. O que tem acontecido, em nome dessa suposta socialização, é uma espécie de tolerância da presença do aluno em sala de aula e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja freqüentando um ambiente escolar comum.

O espaço físico para o Atendimento Educacional Especializado deve ser preservado, tanto na Escola Especial como na Escola Comum, ou seja, deve ser criado e utilizado unicamente para esse fim.

3. A ESCOLA REGULAR PERANTE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo Almeida (2008), a deficiência intelectual põe vigorosamente em causa a função primordial que foi atribuída à escola regular, isto é, a produção de conhecimento. O aluno com deficiência intelectual tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola, tal como ainda é concebido pela esmagadora maioria das pessoas.

Em boa verdade, não corresponder ao ideal de escola pode acontecer com qualquer aluno, mas os alunos com deficiência intelectual denunciam a impossibilidade de atingir esse ideal de uma forma, que podemos dizer, tácita. Pura e simplesmente não lhes é possível, a eles ou à escola, dissimular essa impossibilidade. As outras deficiências não abalam tanto a escola regular, pois não ferem o cerne e o motivo da sua urgente transformação: entender a produção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual.

O aluno com deficiência intelectual tem dificuldade em construir os seus conhecimentos como os outros e em demonstrar as suas capacidades cognitivas, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizadora. As dificuldades dos alunos com deficiência intelectual são um dos indicadores mais rigorosos da falta de qualidade da escola para todos os restantes.

O caráter elitista, meritocrático, homogeneizador e competitivo dessas escolas, oprime o professor e o coloca numa situação de isolamento e impotência perante todos os alunos com dificuldades de aprendizagem, incluindo os com deficiência intelectual. Em consequência, a grande maioria dos professores só encontra a solução de encaminhá-los para outro lugar ou professor que supostamente saiba como lidar com eles. Esta solução está historicamente tão centralizada que nem os professores tomam consciência do quanto ela corresponde à sua própria opressão.

Assim, o número de alunos classificados por psicólogos, médicos e professores, como deficientes intelectuais tem vindo a aumentar progressivamente, abrangendo todos aqueles que não conseguem tirar um bom proveito da frequência da escola ou que demonstrem dificuldades em respeitar as normas disciplinares que lhes são impostas. A introdução de novas terminologias como a de “necessidades educativas especiais”, embora bem intencionada, contribui para aumentar ainda mais a confusão entre casos de deficiência intelectual e aqueles que apenas apresentam problemas na aprendizagem, muitas vezes devido às próprias práticas escolares.

O desconhecimento e a busca de soluções imediatistas para resolver a presença do direito de todos à educação faz com que os administradores da educação e as escolas procurem incessantemente soluções paliativas, que envolvem todo o tipo de adaptações possíveis e até algumas imaginárias: de currículos, de atividades, de avaliação, de atendimento na sala de aula ou fora dela, exclusivamente destinadas a alunos com deficiência. Estas soluções, exclusivas para os alunos com deficiência, continuam a alimentar o caráter substitutivo da Educação Especial, principalmente quando se trata de alunos com deficiência intelectual.

As práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ver reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo as suas possibilidades, são próprias de uma escola que se distingue pela diversidade das atividades. O professor, na perspectiva de uma educação inclusiva não é aquele que “diversifica” para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para os seus alunos ao trabalhar o mesmo conteúdo curricular.

4. O FUTURO DA ESCOLA INCLUSIVA

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de a sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferentes idéias, opiniões e níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clarificam a postura dos alunos e dos professores face a um certo conteúdo. Esta diversidade resulta das formas regulares de nos adaptarmos cognitivamente ao um dado conteúdo e da possibilidade de nos exprimirmos abertamente sobre ele.

Se aprender é uma ação individual, pelo contrário, ensinar é um ato coletivo, no qual se espera que o professor disponibilize a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento.

Em vez de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola regular tem de recriar as suas práticas, mudar as suas concepções, rever o seu papel, reconhecendo e valorizando sempre as diferenças, isto é diferenciando para todos.

De acordo com Vieira Pereira (2003), é necessário que as estratégias e métodos de ensino sejam adequados às finalidades. Assim, devem facilitar a generalização das aquisições e o alcance de um nível de realizações que beneficie a sua manutenção no tempo. A escola deixa, pois, de ser o local exclusivo e privilegiado do ensino, dando-se igual importância ao seio familiar, bem como a comunidade em geral.

Pelo fato do ritmo de desenvolvimento destas crianças ser mais lento do que a média, é crucial para o seu processo de aprendizagem que os serviços educacionais adequados se iniciem o mais precocemente possível, continuando disponíveis ao longo da vida.

Segundo Costa et al (1996), a individualização do ensino e diferenciação curricular: “Este processo deve ser simultâneo, centrado no aluno, na interação, na família e na interação de sistemas, com o objetivo de promover a qualidade de vida do aluno”.

METODOLOGIA

O Atendimento Educacional Especializado da Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Afonso Pena foi criada em 28 de outubro de 2008 e atende alunos deficientes incluídos no ensino regular.

Os alunos que freqüentam a Sala do AEE são atendidos pela professora Jussara que atua há 20 anos nesta área.

O que mais a realiza neste trabalho é quando percebe que família e escola estão em sintonia com o trabalho realizado. A professora vê o aluno com deficiência intelectual como um aluno igual aos demais, mas com o aprendizado mais lento. Gostaria que no AEE onde está atuando, tivessem materiais de alta e baixa tecnologia.

O AEE desta escola proporciona aprendizagem através de aquisições de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, de forma natural e agradável, valorizando o brincar como atividade geradora para o desenvolvimento dos alunos com deficiências, desenvolvendo aspectos do desenvolvimento, afetividade, sensibilidade, cognição, linguagem, motricidade sensorial e realizam atividades utilizando as TICs conforme as fotos de 1 a 6.

Existe uma troca constante de informações entre a equipe diretiva, coordenação pedagógica, o professor e pais para que todos possam compartilhar conhecimentos sobre resultados alcançados. Como se trata de um trabalho dinâmico, onde novos desafios surgem no dia a dia, é importante que haja um gerenciamento das informações evitando trabalhos repetidos em diferentes setores ou proposições antagônicas.

O Atendimento Educacional Especializado possui cartazes, tapete com almofadas, estante, notebook, mural, quadro branco, espelho, armário, jogos didáticos, alfabetário, calendário, mesas, cadeiras, mesa do professor e relógio.

Em equipe é definido o cronograma de reuniões, horários e frequências de visitas do professor do AEE à sala de aula, agenda de comunicações entre a equipe e a família (que pode ficar com o aluno) e gerenciamento das atividades para que o trabalho em equipe não perca a unidade.

A avaliação dos alunos que freqüentam a Sala do Atendimento Educacional Especializado é feita através de observações diárias anotadas no caderno do professor, ficha de acompanhamento individual, reunião com a professora da sala regular, portfólio e parecer descritivo no final do trimestre.

Para a organização deste artigo foram utilizados os dados coletados nas observações das aulas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), entrevista com a professora responsável por este atendimento e pesquisa na internet e bibliografias.



Foto 1. Jogo pedagógico: Pescaria



Foto 2. Digitação de palavras, frases e textos.



Foto 3. Pinturas.



Foto 4. Pesquisa na internet.



Foto 5. Quebra-cabeça.



Foto 6. Construção de Palavras.

Na foto 1, o aluno Douglas do 3º ano do Ensino Fundamental está jogando no computador o jogo da pescaria onde está desenvolvendo a observação, a noção de quantidade, a coordenação motora e a ludicidade.

Na foto 2, o aluno Mauricio da turma do Programa Acelera Brasil (3ª série) está digitando palavras, frases e textos, desenvolvendo a sua concentração, a criatividade e o seu aprimoramento na leitura e escrita.

Na foto 3, a aluna Débora da turma Acelera Brasil (3º ano do Ensino Fundamental) está pintando meios de transportes onde está usando a sua criatividade, limite e organização.

Na foto 4, a aluna Camila da 5ª série está pesquisando na Internet sobre o crack. Com esta atividade demonstra o seu saber em resumir o que pesquisou amenizando assim uma das dificuldades que a aluna encontra na Sala Regular que é a escrita.

Na foto 5, o aluno Matheus do 2º ano do Ensino Fundamental está montando um quebra cabeça de animais, desenvolvendo assim o seu raciocínio, a sua organização de idéias e a sua agilidade.

Na foto 6, o aluno Douglas do 3º ano do Ensino Fundamental está construindo palavras através do jogo de gravuras e letras. Para desenvolver esta habilidade foi necessária a concentração do aluno, observando as gravuras e letras para poder formar as palavras.

RESULTADOS

Observando as crianças, realizando as atividades propostas na Sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), podemos constatar a satisfação em fazer as atividades, mesmo que às vezes tenham um pouco de dificuldades e sejam mais lentos. Quando conseguem acertar a atividade, demonstram alegria e sentem-se muito valorizados e competentes.

São crianças que gostam de receber e dar carinho ao outro. É claro que esse alunos tem o seu afeto pela professora e os que os visitam no AEE.

CONCLUSÃO

As TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) são ferramentas potencializadoras, pois os professores podem variar as suas aulas, tornando-as prazerosas para os alunos inclusive aos alunos com deficiência intelectual que irão se desempenhar ao máximo para serem bem sucedidos na realização de suas atividades.

O uso das tecnologias adaptadas às necessidades das crianças com dificuldades intelectuais ou desenvolvimentais pode ser considerado elemento facilitador para as atividades educativas da interação com o meio em que vivem, da criatividade, da autoconfiança, da compreensão de conceitos e de conhecimentos teórico-práticos, da autonomia da resolução de problemas, bem como do desenvolvimento do raciocínio lógico.

Com a utilização das TICs, a criança com deficiência intelectual na aprendizagem terá mais acesso à diversidade de atividades, maior interesse, facilidade e prazer em aprender, sendo que os conteúdos desenvolvidos estarão mais próximos da sua realidade. Ela irá com mais vontade para a escola, sabendo que lá é um lugar prazeroso, onde encontra pessoas que a aceitam com sua deficiência, gostam dela e se sentirá feliz por ser uma criança capaz de realizar o que lhe é proposto e ajudar a sociedade onde vive.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação desenvolvem e disponibilizam, dando condições para que a criança com deficiência intelectual possa interagir e aprender, explicitando o seu pensamento.

O principal problema é a falta de informação e formação de professores no Ensino Regular, para que possam dar a assistência necessária a esses alunos em suas aulas.

O despreparo dos professores, da escola e a falta de condições do Ensino Público no Brasil, tem feito com que nos deparemos com verdadeiros absurdos em escolas que acreditam ser inclusivas.

Em algumas escolas, os alunos com deficiência intelectual estão apenas “fazendo de conta” que estão incluídos, pois não existe interação entre eles e seus colegas e por ser um PNEE (Pessoa com Necessidade Educacional Especial) nada lhes é cobrado em termos de ensino-aprendizagem.

A utilização das TICs está sendo gradual nas escolas pelos professores que trabalham com as crianças deficientes, até mesmo os alunos que não possuem tais dificuldades. Mas o professor já está se conscientizando que somente terá um ensino de qualidade se utilizar na sua metodologia de trabalho as TICs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marina Silveira Rodrigues (2008). **A Escola Inclusiva e os alunos com Deficiência Intelectual**. Disponível em <http://www.profala.com/arteducepts177.htm>. Acessado em 2 de setembro de 2009.

BARBOSA, Jorge Nunes (1998). **Deficiência Mental/Atraso Mental**. Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=deficiencia+mental+%2F+atraso+mental-Jorge+Nunes+Barbosa&meta=>. Acesso em 24 de agosto de 2009.

BATISTA, Cristina Abranches Mota & MANTOAN, Maria Teresa Égler (2005). **Educação Inclusiva – Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência**. Disponível em HTTP://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dm.pdf. Acessado em 28 de agosto de 2009.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a Educação Especial**. 1 ed. Curitiba: IBPEX, 2006, v. 1. 102 p.

FILHO, T (s/d) **Educação Especial e Novas Tecnologias: O Aluno Construindo Sua Autonomia**. Disponível no URL: <http://WWW.profala.com/arteducepts30.htm>. Acesso em 06 de setembro de 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: set. 2006

FUKS, Carlos Lucena Hugo. **Educação na Era da Internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000, v. 1. 160 p.

GOMES, Adriana Limaverde. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental**. 1 ed. São Paulo: MEC/SEESP, 2007 v. 1, p. 13 – 81.

INCLUSÃO – **Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. MEC. Ago. 2006.

MEC (2006). **Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental**. Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&source=hp&q=atendimento+educacional+especializado+em+defici%C3%Aancia+mental&meta=&aq=2&oq=atendimento+educacional>. Acessado em 19 de agosto de 2009.

PIAGET, Jean (1996). **Biologia e Conhecimento**. 2ª ed. Vozes: Petrópolis.

RODRIGUES, D (1999). **Tecnologias da Informação e Comunicação e Populações Especiais: ser parte do problema ou parte da solução?** In **Revista de Educação Especial e Reabilitação**, nº 1. Lisboa: Edições FMH.

ROSA, Lucila Maria Conti Santa. **Cooperação na Web entre PNEE: Construindo Conhecimento no Núcleo de Informática na Educação Especial da UFGRGS**. In: Congresso Ibero – Americano de Informática na Educação Especial – III CIIEE – SEESP/MEC, Fortaleza: ago. 2002. p.64 – 79.

VIEIRA, F. & Perreira, M. (2003). **Se houvera quem me ensinara**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vera Lucia Küttner, verinhakuttner@pop.com.br
Ana Marli Bulegon, anabulegon@gmail.com